

## Vereadores não encontram o prefeito Aldana

Guilherme Baptista/FN

**MONTENEGRO** – Desde a última segunda-feira, dia 4, os vereadores da comissão processante do pedido de impeachment da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) estão procurando o prefeito afastado Luiz Américo Alves Aldana (PSB). “Não conseguimos localizá-lo”, lamenta o presidente da comissão, Talis Ferreira (PR), além dos outros dois integrantes, Juarez Silva (PTB) e Erico Velten (PDT). “Um familiar nos informou que ele não estaria em Montenegro”, completa Talis. Também houve a informação de que Aldana esteve internado na última semana e chegou a ser submetido a um procedimento de angioplastica, devido a problema cardíológico, o que o impediu de comparecer em seu depoimento no pedido de impeachment que deu entrada anteriormente e que deve ser votado na próxima semana.

Em razão de Aldana não ser encontrado, a comissão do processo de impeachment da OAB decidiu fazer a notificação através de edital publicado em jornal local. Agora o prefeito afastado tem dez dias úteis para apresentar a sua defesa prévia por escrito. Conforme Talis, a partir da próxima semana devem iniciar as reuniões da comissão. Entretanto, antes deve ocor-



**Comissão processante do pedido de impeachment da OAB não localizou o prefeito afastado para notificá-lo**

rer o julgamento do processo que já estava em andamento, do pedido feito pelo ex-vereador Renato Kranz e pela advogada Eliane da Rosa. A votação deve ocorrer na próxima semana em sessão que deverá ser bastante longa, pois cada advogado (defesa e acusação) pode se manifestar por duas horas, mais 15 minutos que tem direito cada vereador, além da leitura do relatório do vereador Cristiano Braatz (PMDB) que deverá ter cerca de cem páginas e o julgamento dos quatro itens da acusação (licitações do transporte escolar e coletivo, asfalto no bairro Germano Henke e férias do prefeito). Para ocorrer à cassação são necessários dois terços dos

votos dos vereadores, ou seja, sete. Do contrário o processo é arquivado. O advogado de defesa de Aldana, Ivanir de Mattos, acredita que por ser uma decisão política e como o segundo pedido foi aprovado por unanimidade (10 a zero), o prefeito afastado deverá ser mesmo cassado. Por isso ele já anunciou que vai recorrer a Justiça questionando alguns atos do processo para que seja anulado. Por isso, segundo Talis, a comissão processante do segundo pedido de impeachment, mesmo em caso de cassação na semana que vem, não deve arquivar a solicitação da OAB de imediato. “Ainda vamos ver com o jurídico que procedimento tomar”, declara Talis. (GSB)